

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.461 - AL (2019/0024828-1)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **DESTILARIA AUTÔNOMA PORTO ALEGRE LIMITADA.**  
**ADVOGADOS** : **ANDRÉA MARIA LYRA MARANHÃO - AL005668**  
**PEDRO HENRIQUE PEDROSA NOGUEIRA E OUTRO(S) -**  
**AL006406**  
**FABRICY KELLY CARNEIRO - AL006066**  
**RECORRIDO** : **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE**  
**TRANSPORTES - DNIT**  
**INTERES.** : **ELENA LAMENHA DE VASCONCELOS**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela DESTILARIA AUTÔNOMA PORTO ALEGRE LIMITADA, com base na alínea a do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Alagoas, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. DÚVIDA FUNDADA SOBRE O DOMÍNIO DO IMÓVEL. USUCAPIÃO. QUESTÃO EXTERNA. ART. 20 DO DECRETO Nº 3.365/41. AÇÃO PRÓPRIA. PREÇO. LEVANTAMENTO. APLICABILIDADE DO ART. 34 DO DECRETO Nº 3.365/41. RECURSO IMPROVIDO.

1. Apelação interposta em adversidade à sentença que julgou procedente o pedido formulado pelo DNIT para desapropriar a área de 23.808,45 metros quadrados, localizada no Povoado Comunidade Posto Fiscal - Lote 02, cadastro T - 201 e cadastro 264-265-272-273 e 274, BR 101/AL - Entrada AL 430 (Flexeiras), entre as estacas nº 19+10,27 a 22+10,39 (LD), zona rural do município de Novo Lino/AL, devidamente identificada na petição inicial, mas determinando que o importe de R\$ 202.514,31 (duzentos e dois mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e um centavos) permaneça depositado à disposição do juízo até que a disputa judicial acerca de parte da propriedade do imóvel seja dirimida.

2. No caso dos autos, embora a empresa apelante figure como proprietária na matrícula do imóvel expropriado, há ação de usucapião em curso perante a Justiça Estadual em Alagoas (processo nº 0000234-25.2013.8.02.0024), na qual a segunda demandada pretende obter a declaração da prescrição aquisitiva da maior parte da área já desapropriada no presente feito em favor do DNIT.

3. A teor do disposto no art. 20 do Decreto-Lei nº 3.365/41, nas ações de desapropriação por utilidade pública a contestação somente

pode versar sobre vício do processo judicial ou o preço oferecido a título de prévia e justa indenização. Todas as demais questões devem ser submetidas à via ordinária ou especial, onde há possibilidade de ampla cognição.

4. Consequentemente, a postulação formulada pela apelante, objetivando o reconhecimento, na própria ação de desapropriação, de que seria a única e legítima beneficiária do valor total fixado a título de indenização pela desapropriação do imóvel, exorbita os limites da cognição legalmente prevista no art. 20 do Decreto-Lei nº 3.365/41, tornando imperiosa a rejeição desta pretensão por absoluta impropriedade da via eleita.

5. No caso concreto, como efetivamente há dúvida fundada acerca da titularidade de grande parte do imóvel desapropriado, eis que há elementos que tornam ao menos verossímil que a litisconsorte passiva exerce atos materiais de posse sobre o imóvel objeto do processo expropriatório, o preço correspondente às benfeitorias qualificadas sob os números 264, 265, 266, 267, 272, 273 e 274 do processo administrativo nº 50620.001331/2013-61, no importe de R\$ 202.514,31 (duzentos e dois mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e um centavos), deve permanecer depositado em juízo enquanto não sobrevier o deslinde da controvérsia instaurada acerca do domínio da área objeto da ação de usucapião nº 0000234-25.2013.8.02.0024, sem prejuízo das demais exigências expressamente previstas no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

6. O Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que a disputa judicial sobre a titularidade do bem configura a existência de dúvida relevante quanto à propriedade do imóvel desapropriado, desorte a impedir o levantamento do depósito judicial, nos termos do art. 34, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 3.365/41.

7. Contrariamente ao que alega o apelante, o juízo de origem se pautou na correta interpretação do disposto nos arts. 20 e 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41 e na jurisprudência remansosa do STJ para somente autorizar o levantamento da quantia corresponde às benfeitorias especificadas nos autos àquele litigante que for reconhecido pela instância competente como proprietário do bem expropriado.

8. Apelação improvida" (fls. 565/566e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, ofensa ao art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41, eis que "a Apelada Elena não é a proprietária do imóvel Ouro Preto, sua posse é precária, e a ação de usucapião por ela proposta ainda não fora julgada, assim, não há o que se falar em pagamento de indenização para a mesma" (fl. 819e). Por fim, aduz que o acórdão recorrido "encontra-se equivocado e contraria frontalmente a norma do artigo 34 do Decreto-Lei n.º 3.365/41 devendo ser anulado, e, em

consequência, seja reconhecida a Apelante como a única e legítima beneficiária do pagamento da indenização, juntamente com as benfeitorias, da área desapropriada" (fl. 605e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 625/630e), foi o Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 640e).

A irresignação não merece acolhimento.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior pacificou entendimento no sentido de que, **havendo dúvida** sobre o domínio do imóvel desapropriado, o levantamento do valor a título de indenização deve ser obstado.

Nesse sentido, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. DÚVIDA ACERCA DA TITULARIDADE DE BEM IMÓVEL EXPROPRIADO. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO.

1. Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão monocrática que, mantendo o entendimento adotado pelo Tribunal de Justiça paranaense, determinou a suspensão do pagamento de indenização relativa à ação de desapropriação, em virtude da anulação da compra e venda do imóvel objeto da expropriação.

2. **Havendo dúvida sobre o domínio do imóvel desapropriado, o levantamento do valor a título de indenização deve ser obstado. Essa é a exegese do parágrafo único do art. 34 do Decreto-Lei n. 3.365/1941.** Precedentes: REsp 622.405/SP, Relatora Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ 20/9/2007; e REsp 1.279.932/AM, Relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 8/2/2013.

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.179.424/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 18/08/2014).

No caso, a Corte de origem, ao indeferir o levantamento do valor depositado em favor da parte ora recorrente, asseverou que existiria dúvida relevante quanto à titularidade do imóvel desapropriado, nos seguintes termos:

"Como se pode notar com extrema facilidade, a postulação formulada perante o juízo e agora *a quo* devolvida a esta Corte Regional, objetivando o reconhecimento da Destilaria Autônoma Porto Alegre Ltda., ora apelante, como a única e legítima beneficiária do valor total fixado a título de indenização pela desapropriação do imóvel, exorbita os limites da cognição legalmente prevista para as ações de desapropriação por utilidade pública, como é a hipótese em enfoque, tornando imperiosa a rejeição desta

pretensão por absoluta impropriedade da via eleita.

Neste contexto, como efetivamente há dúvida fundada acerca da titularidade de grande parte do imóvel desapropriado, eis que há elementos que tornam ao menos verossímil que a litisconsorte passiva, Elena Lamenha de Vasconcelos, exerce atos materiais de posse sobre o imóvel objeto do processo expropriatório, o preço correspondente às benfeitorias qualificadas sob os números 264, 265, 266, 267, 272, 273 e 274 do processo administrativo nº 50620.001331/2013-61, no importe de R\$ 202.514,31 (duzentos e dois mil, quinhentos e quatorze reais e trinta e um centavos), deve permanecer depositado em juízo enquanto não sobrevier o deslinde da controvérsia instaurada acerca do domínio da área objeto da ação de usucapião nº 0000234-25.2013.8.02.0024, sem prejuízo das demais exigências expressamente previstas no art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41, *in verbis*:

(...)

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que a disputa judicial sobre a titularidade do bem configura a existência de dúvida relevante quanto à propriedade do imóvel desapropriado, de sorte a impedir o levantamento do depósito judicial, nos termos do art. 34, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 3.365/41" (fls. 562/563e).

Assim, considerando a fundamentação adotada na origem, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE FATO NOVO EM AGRAVO REGIMENTAL. INOVAÇÃO RECURSAL E PRECLUSÃO. NÃO CABIMENTO. DESAPROPRIAÇÃO. POSSE. INDENIZAÇÃO AO DETENTOR DA POSSE. POSSIBILIDADE. ART. 34 DO DECRETO-LEI 3.365/41. NÃO VIOLAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. CONFIGURADO O DOMÍNIO DA PROPRIEDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. 'Incabível a inovação recursal em Agravo Regimental com base em fato novo. Precedentes do STJ" (AgRg no Ag 1.424.188/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 23/02/2012.).

**2. O Tribunal 'a quo' fixou entendimento consonante esta Corte, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é assente ao assegurar ao possuidor a indenização pela perda do direito possessório. A exigência do art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41 impõe-se quando há dúvida sobre o domínio decorrente**

**de disputa quanto à titularidade do bem.**

3. O acórdão recorrido consignou que: 'o acervo probatório dos autos aponta fortes indícios de que os pressupostos fáticos para a usucapião encontravam-se consolidados, não havendo porque continuar impedindo o levantamento da indenização pelos agravantes, que além de possuidores, também já teriam direito à titularidade do bem.'

4. Não há como aferir eventual violação do dispositivo citado por violado - art. 34 do Decreto-Lei 3.365/41 - sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos, porquanto a Corte estadual concluiu pela existência de provas que confirmam o domínio da propriedade pelo recorrido.

Agravo regimental improvido" (AgRg no AREsp 761.207/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 29/04/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora